

Mário Amato garante que não haverá congelamento

São Paulo — "Faço um apelo a todas as empresas para que não pensem em um novo congelamento de preços, porque, pelas informações de que disponho, isso não irá ocorrer", afirmou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, ao se referir às notícias de que o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, estaria pensando em um novo "choque heterodoxo", com congelamento de preços.

De acordo com Amato, as palavras de Bresser Pereira foram mal interpretadas pela imprensa. O que o ministro queria dizer, ainda segundo Amato, é que em 90 ou 120 dias os preços estarão estabilizados naturalmente, pela lei do mercado, da oferta e da procura, e não através de "choques". Para o presidente da Fiesp, a redução do consumo que se verifica hoje no mercado já está se encarregando de iniciar o processo de preços estáveis.

"Sou contra o congelamento por princípio", assegurou o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), André Beer. "A experiência do congelamento de fevereiro do ano passado mostrou que esse é um instrumento artificial e ineficaz. Se ele vier, entretanto, acho que terá que encontrar os preços relativos equilibrados

e ter uma duração curta", frisou.

Não é a única ressalva existente na indústria. O diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Walter Sacca, embora acredite que as leis do mercado são as mais eficientes para imprimir uma baixa "constante e gradual na inflação", apresenta uma precedência para o caso de o governo vir a congelar novamente os preços: "O déficit público tem que ser reduzido". Ele acha que um pacto para o controle de preços, entre empresários, trabalhadores e governo, deveria ter como ponto de partida a disposição do último de reduzir suas despesas. "O governo teria que entrar como parte do pacto e não como juiz entre as duas partes", acrescentou.

Os empresários reunidos na Fiesp consideraram que a desvalorização cambial de 8,5%, determinada na última quinta-feira pelo ministro Bresser Pereira, é insuficiente para repor a competitividade das exportações brasileiras. "Deveríamos ter ainda mais 7,5% de desvalorização, e minis diárias que perfizessem 2% aproximadamente", disse. Ele defende várias minis desvalorizações mensais ou a adoção do câmbio paralelo (60% do pagamento ao exportadores seria pago em dólar ao preço oficial e 40% em dólar ao preço de mercado).